

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM
VINTE E SEIS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E CATORZE**

**REUNIÃO REALIZADA EM VINTE E NOVE DE SETEMBRO
DE DOIS MIL E CATORZE**

-----Na sequência da interrupção dos trabalhos da sessão ordinária agendada para o dia vinte e seis de setembro de dois mil e catorze devido ao corte geral de energia, voltou a Assembleia Municipal de Fafe a reunir aos vinte e nove dias do mês de setembro de dois mil e catorze, em sessão ordinária, com a presença do Presidente da Mesa – Laurentino Dias, o Primeiro Secretário – Manuel Salgado Santos, e da Segunda Secretária – Sílvia Soares. Verificada a existência de quórum, pelo Presidente da Assembleia Municipal foi declarada aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e trinta minutos.-----

-----Seguidamente, pelo Presidente da Assembleia foi anunciado o seguinte *pedido de suspensão*: pelo período de trinta dias de Maria Clara Gonçalves Marques Mendes, eleita pelo PDS.-----

-----Colocado a votação, foi **aprovado, por unanimidade**.-----

-----A Presidente da Junta de Freguesia de Regadas solicitou a sua substituição pelo Tesoureiro Francisco António Alves.-----

-----Tomaram assento os elementos que se seguiam na respetiva lista, por se encontrarem presentes na sala, registando-se a presença de quarenta e um Membros.-----

-----Retomando-se o período de antes da ordem do dia, o **Presidente da Mesa** deu a palavra a cada um dos membros que estavam inscritos para intervir.-----

-----Tomou a palavra **Maria Cristina Azevedo Pinho Sousa**, eleita pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “Independentes Por Fafe” (IPF), que começou por mencionar que, apesar das dificuldades económicas que tinham afetado as finanças do país e, conseqüentemente, as do Município de Fafe, afirmou que lutaríamos para que o ónus da crise não se repercutisse invariavelmente nos cidadãos e nos munícipes, privilegiando, acima de tudo, o seu desenvolvimento

a ser levado a cabo por todos, porque os Fafenses não podiam depositar nas mãos dos eleitos a resolução dos problemas que os afetavam ou viessem a afetar a comunidade fafense.-----

Afirmou que a linha programática dos IPF estava estabelecido e definidos os setores que consideravam prioritários e consentâneos com a escassez de recursos provocados pela crise, mas sempre tendo em conta os principais destinatários, os cidadãos e os munícipes. Mencionou que entre essas prioridades estava evidentemente a justiça, isto a propósito do recente encerramento do Tribunal Judicial e da constatação do facto das decisões do poder político-económico continuarem a revelar-se como autênticos atos de violência contra o cidadão comum e os mais desprotegidos.-----

Mencionou que na Assembleia já tinham sido focadas todas ou quase todas as péssimas consequências que a transferência, para a vizinha cidade de Guimarães, de praticamente todas as valências do Tribunal trariam para Fafe e também as poucas ou quase nenhuma valências que ficaram, afirmando que o Tribunal se tinha transformado praticamente num hospital apenas apetrechado com uma urgência para primeiros socorros e, tal como aconteceu com o hospital, o encerramento total estaria a muito breve prazo. Mencionou que, em Fafe, tal como em muitos outros concelhos do País, a justiça ficou mais longe, mais cara, mais inacessível, a justiça deixou de existir para uma grande parte da população, a justiça ficou mais rara e fechou as portas em Fafe, salientando que não podiam também calar, ou no mínimo, concordar com essa modificação judicial tinha sido feita (isto porque se recusava a chamar-lhe reforma), referindo que como prova tinham a catástrofe informática do Citius e a centena de milhares de processos em suporte de papel guardados em contentores à espera de destino mais digno e sobre tudo dos incomensuráveis prejuízos daqueles que viam parte da suas vidas desaparecidas algures num computador ou afogadas entre as muitas milhares de folhas de papel que aguardavam o regresso à luz do dia.-----

Salientou que Fafe estava a fechar, estava a deixar de existir, à espera, talvez, que paulatinamente obriguem a integrar numa qualquer união de concelho que eventualmente viesse a ser criada.-----

Terminou afirmando que o desprezo que a alteração, tal como muitas outras, demonstrou pelo cidadão, revoltava e o silêncio e imobilismo demonstrado por

quem era atingido, também revoltava e o “dolce far niente” das autarquias também revoltava e o do tecido político, económico, profissional, também revoltava. -----

-----Posteriormente, usou da palavra **Raquel Sousa**, eleita pelo PS, que iniciou a sua intervenção afirmando que um dos grandes sucessos da democracia portuguesa era o sistema nacional de saúde, sendo indiscutível que ele era a grande conquista social do Vinte e Cinco de Abril, salientando que nos últimos anos (principalmente nos últimos três, quatros anos), se verificou uma certa degradação ou debilitação do sistema nacional de saúde com o aumento das listas de espera, um racionamento dos recursos, até de meios auxiliares de diagnóstico e medicamentos. Prosseguiu, afirmando que o sistema nacional de saúde não era isso, era a dedicação dos seus profissionais e a capacidade de responder às necessidades das pessoas e o conforto que representava para todos, com respeito pela dignidade de cada um. Mencionou que o sistema nacional de saúde era o princípio da solidariedade em ação. Salientou que, face à situação de carência crónica registada na constituição das equipas de urgências, agravada no período de férias e como resultado da austeridade e dos cortes salariais realizados por parte do Governo, tinha levado a que a disponibilidade dos clínicos diminuísse substancialmente. Afirmou que a situação era transversal a todo o país e que afetou, principalmente, os cidadãos e utentes fafenses com a falta de clínicos na urgência básica no hospital de Fafe, e que tinha sido, com satisfação, que na sexta-feira anterior que tinha tomado conhecimento publicamente, através do Porto Canal, que o Presidente da Câmara de Fafe se mantinha ativo sobre o assunto do hospital e era importante verificar que a Câmara não estava a deixar o assunto ao abandono e ter a certeza que o processo estava a ser seguido com empenho, trabalho e dignidade que os Fafenses mereciam. Mencionou que a cidade precisava de um bom sistema nacional de saúde com o máximo de valências necessárias para bem servir a comunidade de Fafe e arredores. Salientou a importância da preocupação que a Autarquia tinha com o assunto do hospital de Fafe e com os cuidados prestados aos doentes. Lembrou a existência de duas reuniões com o Secretário de Estado da Saúde, Manuel Teixeira, que comunicou que a mudança de gestão iria ser realizada em julho, contudo o próprio, recentemente, em Guimarães,

comunicou que o processo de transferência deveria estar concluído em outubro, porém e, segundo os comentários públicos, a Câmara, até à data, não tinha recebido qualquer notificação.-----

-----De seguida, tomou a palavra **José Augusto Rodrigues de Sousa**, eleito pelo PSD, afirmando que no dia um de Outubro, a Câmara Municipal, pela nona vez consecutiva, ia celebrar o dia internacional sénior, com uma ida à Quinta da Malafaia, estando prevista a deslocação de um milhar de idosos. Mencionou que naturalmente que eram a favor da celebração desse dia, já que os idosos de Fafe merecem passar, pelo menos uma vez no ano, um dia diferente onde o convívio e a confraternização fossem uma constante, independentemente de fazer parte do menu a celebração da eucaristia onde se vivem momentos de maior ou menor catolicismo. Mencionou que, por isso não quis deixar de sublinhar a concordância com a iniciativa, porém discordavam do local e da forma como era realizada a festança, entendendo que faria mais sentido que a celebração fosse realizada no concelho de Fafe, envolvendo gente de Fafe, onde todos ficariam a ganhar, comerciantes, industriais e demais população fafense. Afirmou que deveria ser-se arrojado, inovar e fazer diferente, divulgando Fafe e dando a conhecer a sua gastronomia e demais potencialidades, mas que para a hipótese desse entendimento não ser sufragado, afirmou que eram do entendimento que deveriam ser instadas diligências junto de outros municípios que tivessem igualmente, o bom hábito de realizar o mesmo evento, no sentido de se estabelecer parcerias tendo como objetivo o intercâmbio entre os municípios parceiros.-----

Referiu que, na senda desse pensamento, propunham que a Câmara Municipal se debruçasse sobre o assunto, abandonando a ida à Quinta da Malafaia e proporcionando aos idosos do concelho um convívio semelhante em terras de Montelongo, sendo certo que com a apontada solução todos os Fafenses sairiam beneficiados, incluindo os destinatários do evento.-----

Terminou a sua intervenção, invocando a entrevista concedida ao Jornal pelo último secretário judicial, José Manuel Ribeiro, onde se afirmava de forma perentória que tinham solicitado à Câmara, no âmbito da reforma do mapa judiciário, o transporte dos processos do tribunal de Fafe para o tribunal de Guimarães, ao que a Câmara, num primeiro momento, se tinha recusado, tendo num momento ulterior cedido à solicitação porque outros valores se

levantaram mais alto. Mencionou que a afirmação minava a confiança que a população devia ter nos seus órgãos dirigentes e para que não ficasse a pairar juízos de valor errados, solicitou ao Senhor Presidente da Câmara o favor de esclarecer o assunto.-----

-----Posteriormente, tomou a palavra **Alberto Joaquim Costa Alves**, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “Independentes Por Fafe” (IPF), que começou por afirmar que desde sempre o setor da educação era um setor difícil de gerir, não pela complexidade das responsabilidades que lhe eram inerentes, mas sobretudo pela importância que representava na educação e formação das crianças e dos jovens. Mencionou que era seu entendimento que a diversidade de situações tornava difícil a tarefa do vereador responsável pelo setor, pelo que não bastava conhecer os dossiers burocráticos e legislativos, que era imperativo conhecer a realidade palpável da situação das escolas, de alunos, professores e até das comunidades educativas para que se conseguisse umas soluções mais capazes e oportunas, tecendo comentários sobre o início do ano letivo e questionando sobre como tinha decorrido e o que se poderia esperar.-----

Questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre o encerramento da escola de Pardelhas, escola cujo encerramento estava acordado que aconteceria quando estivesse concluído o Centro Educativo Montelongo. Também questionou sobre a forma como era feita a deslocação das crianças para a escola que passaram a frequentar.-----

Relativamente ao jardim de infância de Pequite, da freguesia de Golães, que num passado recente tinha gerado grande polémica, perguntou se esse assunto já estava resolvido.-----

Questionou a Câmara sobre a substituição, nos edifícios escolares, das placas de amianto das suas coberturas.-----

Relativamente ao futuro, uma vez que estavam previstas as construções dos Centros Educativos Montelongo e Carlos Teixeira, o primeiro em fase de construção e o segundo pouco ou nada se sabia, solicitando esclarecimentos sobre a existência ou não de projeto para o mesmo.-----

Salientou o aumento de alunos na Escola Secundária provocado pelo alargamento da escolaridade obrigatória até ao décimo segundo ano. Nestes termos, teceu vários comentários sobre a construção de uma nova escola e

questionou a Câmara sobre diligências que tenham sido feitas no sentido de ver esse projeto realizado ou se, simplesmente, tinha sido abandonado. Terminou, colocando questões sobre as escolas do primeiro ciclo, nomeadamente sobre o recurso ao transporte das Juntas de Freguesias, uma vez que as mesmas tinham mini autocarros que partilhavam com as escolas, no entanto, as crianças da cidade se pretendessem visitar o Moinho do Vento de Aboim, a quem deviam recorrer.-----

-----De seguida, tomou a palavra **Rui Sandro Novais da Silva**, eleito pelo PSD, que iniciou a sua intervenção manifestando satisfação pelos passos dados pela Autarquia no que dizia respeito aos jovens, nomeadamente o Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo, afirmando que era importante apoiar e incentivar os jovens a continuar o seu percurso académico. Teceu comentários sobre alguns pontos constantes do regulamento, com os quais não concordava, mas entendia haver, ainda, tempo suficiente para os discutir. Reconheceu que não era fácil criar um regulamento dessa natureza que abrange vários fatores. Salientou os eventos temáticos, nomeadamente a Festa da Juventude, partilhando com a Assembleia o que o Vereador do Pelouro tinha feito e que tinha tido, pela primeira vez, uma iniciativa em que deu a palavra às juventudes partidárias, em ouvi-las para definir uma festa que iria ao encontro dos jovens de Fafe, aproveitando para dar um ponta pé de saída num assunto que, também era importante, indo ao encontro daquilo que o executivo levava como linha de orientação, que era o Plano Municipal da Juventude.-----

-----Por fim, foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para prestar os esclarecimentos solicitados: -----

- Começou por agradecer os comentários elogiosos, que agradeceu, dizendo que o Executivo procurava esforçar-se por fazer as coisas bem.-----

- De seguida, de uma forma cronológica, respondeu às questões colocadas.----

- Relativamente à questão da repintura das estradas, informou que já tinham sido repintadas algumas passadeiras e que estava a decorrer um concurso para uma intervenção global no concelho que rondava os duzentos mil euros.---

-----Relativamente ao hospital, referiu que o assunto preocupava o executivo, não concordando e crendo que ninguém concordava com a solução que o Governo tinha desenhado para o hospital, afirmando, contudo, que o que

todos não podiam concordar de forma alguma, era a diminuição da qualidade e da quantidade dos serviços que existiam no hospital que se viam no dia a dia, o contrário do que tinha sido garantido e que era uma prática que não correspondia ao discurso. Mencionou que existia um discurso no sentido de que o hospital ia melhorar, evoluir, com um modelo de gestão diferente, mas mantendo-se no sistema nacional de saúde, no entanto não era o que estava a acontecer. Informou que não tinham conhecimento de nenhum pormenor do contrato celebrado entre a União das Misericórdias e o Ministério da Saúde e que o pedido de audiência feito com o Senhor Secretário de Estado tinha sido precisamente no sentido de obter informações sobre esse contrato que estava a ser negociado, existindo apenas a promessa de que seria melhor. -----

- Tomou nota da falta de sinalização vertical e da deficiência sinalização da circular;-----

- Relativamente à falta de pessoal na Escola de S. Jorge, informou que era um assunto gerido pelo agrupamento e a informação que existia era a de que havia pessoal a mais, no entanto, se de facto existia uma educadora para quarenta meninos, seria necessário ver essa situação com o agrupamento escolar;-----

- Sobre a questão do amianto, comunicou que no dia em que decorreu a presente sessão, o Senhor Vereador tinha estado com o Senhor Secretário de Estado da Educação e que tinha sido entregue na Secretaria de Estado, um levantamento para avaliar e saber como teria de se intervir nesse assunto;-----

- Relativamente aos passeios largos em ruas estreitas, afirmou que entendia que esse era o caminho, pois nas cidades tinha que se privilegiar os peões e cada vez menos os automóveis e, a seu ver, em Fafe existiam poucas ruas que eram vedadas à circulação automóvel e, provavelmente, uma cidade moderna, poderia considerar mais espaços em que a circulação automóvel pudesse ficar limitada;-----

- Sobre a questão da justiça e do tribunal, afirmou que não podia estar mais de acordo com as várias intervenções que foram feitas, exceptuando, com as devidas desculpas, a Senhora Doutora Cristina, por algum excesso de linguagem. Afirmou que não tinha havido um encerramento do tribunal, que deveria lutar-se para que o tribunal tivesse competências, para que o tribunal não se esvaziasse, para que Senhores Juízes se desloquem ao tribunal e não

fossem as pessoas a deslocar-se para outros lados, que essas eram algumas das suas reivindicações;-----

- Relativamente à questão do transporte dos processos esclareceu tinham sido contactados pelo tribunal para apoiar no transporte dos processos para Braga e, num primeiro impulso, foi seu entendimento que não podia ajudar numa coisa que não concordava porém, passado uns dias, chegou um ofício formal assinado pelo Senhor Doutor Juiz, pelo Senhor Adjunto do Procurador Geral da Republica e Senhora Administradora da Comarca da região. Esclareceu que existam dois planos, um político, em que todos estavam de acordo, não concordando com a reforma e o plano institucional, pelo que não se devia de forma alguma deixar de colaborar;-----

- Sobre o Plano Diretor Municipal, afirmou ser sua convicção que o mesmo iria ser concluído, não só pelo empenho desta Autarquia. Mencionou que a conferência da semana anterior, que tinha tido muita adesão, tinha sido significativa do quanto esse assunto mexia com a população, o que demonstrava que se estava no caminho certo. Afirmou que se procurava encontrar todas as condições que o Departamento de Planeamento Urbanístico necessitava para poder cumprir esse objetivo, referindo que o Plano Diretor Municipal de Fafe estava maduro e que na semana anterior se tinham deslocado ao Município dois técnicos da CCDRN e que perante as alterações legislativas que obrigavam a acelerar os PDM e que a falta de colocação do mesmo, em discussão pública, até ao final do ano, fazia com que o processo se atrasasse quatro anos e que tinha sido concelho de Fafe seleccionado por esses técnicos, como um concelho que tinha condições para conseguir cumprir os prazos legais para que o PDM fosse colocado a discussão pública até final do ano.-----

----- Relativamente à atribuição de lugares de estacionamento ao Pároco de Fafe, esclareceu que o tinha autorizado por entender que era útil existirem, tal como os juízes e os médicos tinham;-----

----- Relativamente à limpeza do monumento da Grande Guerra, informou que já estava agendada;-----

----- Relativamente ao pré-fabricado de apoio ao Bar da Praça explicou que, como as obras do Posto de Turismo ainda não estavam concluídas, assim como as próprias obras do Bar, o concessionário solicitou autorização para

colocação de um bar de apoio, apenas no período do Verão e desde que não houvesse estragos na via pública, tinha sido seu entendimento que não haveria inconveniente.-----

- No que dizia respeito ao quartel da GNR, informou que fazia parte da ordem de trabalhos da Assembleia um documento sobre esse assunto que fazia falta para entregar no Tribunal de Contas. Salientou que a parte do Governo, no papel do Senhor Ministro Miguel Macedo estava pronta, encontrando-se em falta a aprovação da reprogramação financeira pela Assembleia para dar continuidade ao processo;-----

- Sobre a empresa organizadora do Festival da Vitela esclareceu que a empresa tinha um curriculum na área de organização de festivais, tendo-se apresentado num altura em que se estava com vontade de organizar o festival. Afirmou que nessa altura não se sabia se ia existir ou não Naturfafa e não existiam outras empresas nesse setor;-----

- Sobre o terreno de Fornelos, disse que o mesmo não era da Câmara mas sim das Estradas de Portugal;-----

- Quanto à ida a Quinta da Malafaia, mencionou que, conforme já tinha dito na reunião de Câmara, os idosos, o envelhecimento e o isolamento andavam de mão dada pelo que se devia combater esse isolamento e que se devia lembrar que Fafa tinha um plano de desenvolvimento e intervenção na área dos idosos que se espalhava ao longo do ano e tinha um conjunto de iniciativas variadas que culminava no Dia Internacional do Idoso. Mencionou que era pena que não se lembrassem que a ida à Malafaia tinha nove anos, mas as comemorações do Dia Internacional do Idoso tinham bastante mais e durante muitos anos foi celebrado, como já tinha sido dito, com uma cerimónia religiosa na Igreja Nova e depois um almoço com um artista convidado. Afirmou que tinha havido uma evolução, levando os idosos à Malafaia por ser uma atividade diferente e que, como tinha tido tanto sucesso, era difícil acabar. Informou, ainda, que ia ser realizado um inquérito aos idosos para ficarem com uma ideia e ter mais um elemento para poder refletir sobre o assunto;-----

- Terminou, referindo-se aos vários assuntos abordados sobre as escolas, dizendo que a Escola de Pardelhas tinha sido encerrada porque haviam poucos meninos, esclarecendo que a deslocação das crianças era feita pela Junta de Freguesia de Medelo. -----

- Quanto à escola de Pequite informou que estava a funcionar normalmente. O Centro Educativo Montelongo, Escola Carlos Teixeira e Escola Secundária, explicou que o processo de uma nova escola secundária era para esquecer e o que estava em cima da mesa do Ministério era a reforma e o restauro das duas escolas, esclarecendo que era uma das suas prioridades, informação confirmada pela representante do Governo que tinha estado recentemente na reunião do Conselho Municipal de Educação;-----

-----De seguida, o **Presidente da Mesa** deu como terminado o período de Antes da Ordem do Dia, passando-se imediatamente para o **Período da Ordem do Dia**. Passou-se de seguida ao **ponto dois ponto um – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade Municipal**.-----

-----Não havendo intervenções, passou-se imediatamente ao **ponto dois ponto dois ponto dois – Apreciação e votação da segunda Revisão aos documentos previsionais de 2014**.-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente de Câmara** que deu uma breve explicação sobre o assunto, informando que o documento iria servir para acomodar dois assuntos, a reprogramação financeira da obra do Quartel da GNR e a retirada do orçamento de verbas correspondentes a obras de saneamento que iam ser executadas pelas Águas do Noroeste.-----

-----Não havendo intervenções, foi colocado a votação, sendo **aprovado, por maioria, com trinta e um votos a favor e dez abstenções**.-----

-----Seguidamente, passou-se para o **ponto dois ponto três - Apreciação e votação de Proposta para distribuição de Refeições aos alunos durante o ano de 2014/2015 – Compromissos plurianuais – Autorização prévia nos termos e para efeitos da alínea c) do nº 1 do Artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro**.-----

-----Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para explicar que se tratava de um documento técnico de reprogramação financeira dado corresponder ao ano letivo que iniciava em dois mil e catorze e terminava em dois mil e quinze.--

-----Não havendo intervenções, foi colocada a votação, sendo **aprovada, por unanimidade**.-----

-----Posteriormente passou-se ao **ponto dois ponto quatro - Apreciação da informação da Câmara relativa aos Compromissos plurianuais**

assumidos no 2º trimestre de 2014.-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que informou que a maior parte dos compromissos diziam respeito à dívida que o Município tinha, que de novo tinha o prémio da História Local a atribuir em dois mil e quinze, no valor de mil e quinhentos euros e que existia também uma reprogramação de encargos referente a resíduos e subscrições de capital das Águas do Noreste e da Ecoambiente que desapareciam em dois mil e catorze e passavam para dois mil e quinze.-----

-----De seguida, passou-se para o **ponto dois ponto cinco – Relatório - Informação Semestral do Auditor Externo Responsável pela Certificação Legal de Contas do Município, apresentado em cumprimento do disposto no artigo 77º, número 2, alínea d) da Lei 73/2013, de 03 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais), para efeito da alínea g) do nº 2 do artigo 25º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.**-----

-----Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para dizer que ponto em discussão decorria da Lei e que a Câmara tinha que ter auditorias semestrais, sendo o resultado da primeira auditoria feita à Autarquia. Mencionou que o parecer emitido deixava dúvidas, pela linguagem utilizada, o que levou à solicitação de um esclarecimento ao Auditor, recebido por fax onde era explicado que a linguagem utilizada era regulada pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, que era assim internacionalmente, sendo que o sentido do texto era o de que, no decurso do exame que foi realizado, não tinha sido detetada qualquer situação materialmente relevante que os levassem a por em causa as demonstrações financeiras apresentadas.-----

-----Solicitou a palavra **Alexandre Dias Leite**, eleito pela CDU, para referir que tinha havido um aumento da dívida, de 4.6 milhões para 6 milhões de dezembro de 2013 para setembro de 2014. Questionou sobre a saúde financeira do Município e sobre o grau de execução quer da receita, quer da despesa que tinha uma percentagem muito baixa.-----

----- Usou da palavra **Manuel Fernando Marinho Alves**, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “Independentes Por Fafe” (IPF), para falar sobre o teor do fax recebido, uma vez que estava escrito no relatório era precisamente o contrário, ou seja, que podia existir distorções materialmente relevantes que

afetavam as contas. Questionou sobre o recurso de empréstimos a Bancos que aumentou cinquenta por cento que pensava estarem relacionados com a Urbanização Dr. José Saramago, tecendo alguns comentários. Por último, solicitou a entrega de um documento ao Senhor Presidente da Assembleia que relacionado com o facto das contas da Naturfafa virem à Assembleia, de forma isolada e as do Município, e de forma consolidadas, agregando as duas numa só conta.-----

----- De seguida, usou da palavra o **Presidente da Câmara** para esclarecer que o aumento da dívida era referente ao empréstimo que a Câmara tinha feito para comprar as casas da Urbanização Dr. José Saramago, comunicando que as mesmas estavam a ser vendidas a bom ritmo.-----

- Sobre as contas, afirmou que decorriam da lei e que na próxima prestação de contas viriam não só as da Naturfafa mas todas em que a Câmara tinha participação.-----

-----Não havendo mais intervenções, passou-se para o **ponto dois ponto seis – Apreciação e Votação da proposta da Câmara de abandono da Associação de Municípios do Minho.**-----

----- Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que explicou que o Município participava na Associação que não tinha qualquer tipo de atividade mas, que podia ter dívidas.-----

----- Não havendo intervenções, foi colocada à votação, sendo ***aprovada, por unanimidade.***-----

-----Usou da palavra o **Presidente da Mesa** que, reportando-se aos pontos dois ponto sete ao ponto dois ponto onze, um conjunto de regulamentos, e de acordo com o que previamente tinha conversado com o Senhor Presidente da Câmara, propôs que os diferentes regulamentos fossem apreciados numa Comissão própria da Assembleia Municipal, constituída por um membro de cada força política representada na Assembleia Municipal e remetido à próxima sessão. Esclareceu que o Senhor Presidente da Câmara lhe solicitou que Regulamento do Programa Municipal Ser Solidário deveria ser votado porque, a não ser aprovado, criaria constrangimentos quando ao seu vigor, pelo que entendia que deveria ser aprovado. Assim sendo propôs à Assembleia que a discussão dos Regulamentos fosse remetida para a Comissão e se fizesse uma votação na generalidade apenas aos Regulamentos das Bolsas, dos

Transportes Ambulatórios, do Apoio ao Arrendamento e de Emergência Social, e que a votação na especialidade fosse feita pela Comissão e fosse agendada na sessão que se seguia para discussão e votação final, e uma votação final do Regulamento do Programa Ser Solidário, sendo que, apesar da votação final, o mesmo também seria remetido à Comissão e, caso houvesse alterações, seriam aprovadas na sessão seguinte.-----

----- Foi dada a palavra a **Alexandre Dias Leite**, eleito pela CDU, para dizer que ficou na dúvida sobre o que aconteceria, entrando em vigor, sendo aprovado na generalidade, ficam abertas as inscrições para concorrer e se depois houvesse alterações, o que aconteceria.-----

-----Posteriormente, o **Presidente da Mesa** usou da palavra para explicar que os diversos regulamentos, exceto o Regulamento do Programa Municipal Ser Solidário, seriam aprovados na generalidade, o que significava que não entravam em vigor, apenas quando fossem a votação final, na próxima sessão. No respeitante ao Regulamento Ser Solidário, explicou que o que estava em vigor terminava a trinta de setembro, ou seja, a partir de um de outubro não havia regulamento, pelo que tinha sido sugerido pelo Senhor Presidente da Câmara que a Assembleia o aprovasse totalmente para que continuasse em vigor, sendo seu entendimento que devia ser então aprovado, mas com a condição de, também, esse regulamento fosse remetido para a Comissão.-----

-----Nestes termos, colocou à votação, na generalidade, o ponto **dois ponto sete – Apreciação e votação do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo do Município de Fafe. *Aprovado, na generalidade, por maioria, com quarenta votos a favor e uma abstenção.***-----

-----De seguida colocou, à votação, na generalidade, o ponto **dois ponto oito - Apreciação e votação do Regulamento do Programa de Transportes Ambulatórios do Município de Fafe. *Aprovado, na generalidade, por maioria, com quarenta votos a favor e uma abstenção.***-----

-----Colocou, à discussão, o ponto **dois ponto nove – Apreciação e votação do Regulamento do Programa Municipal Ser Solidário.**-----

-----Solicitou a palavra **Alexandre Dias Leite**, eleito pela CDU, para colocar questões relacionadas com os jovens com menos de dezoito anos que, nos termos do presente regulamento, não se podiam candidatar.-----

-----O **Presidente da Mesa** sugeriu que essas questões fossem colocadas na Comissão.-----

-----Não Havendo mais intervenções. Foi colocado a votação, sendo **aprovado, por maioria, com quarenta votos a favor e uma abstenção.**-----

----- De seguida, o Presidente da Mesa colocou a votação na generalidade, o ponto **dois ponto dez - Apreciação e votação do Regulamento do Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento. Aprovado, na generalidade, por maioria, com quarenta votos a favor e uma abstenção.**--

----- De seguida, colocou, a votação, na generalidade, o ponto **dois ponto onze - Apreciação e votação do Programa Municipal de Emergência Social do Município de Fafe. Aprovado, na generalidade, por maioria, com quarenta votos a favor e uma abstenção.**-----

----- Terminada a Ordem de Trabalhos, o **Presidente da Mesa** colocou a votação a ata da sessão ordinária realizada em vinte e sete de junho de dois mil e catorze, tendo sido **aprovada por maioria, com uma abstenção.**-----

-----Posteriormente, o Presidente deu a palavra ao público.-----

-----Tomou a palavra o Senhor **Joaquim Silva Lopes** que solicitou, em nome da Associação do Rio Vizela, muito rigor e urgência na resolução da poluição do rio.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi dada a palavra à Segunda Secretária, que procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. **Colocada a votação, foi aprovada, por unanimidade.**-----

-----Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente sessão quando eram meia hora e trinta minutos do dia trinta de setembro de dois mil e catorze.-----

-----E nos termos legais e regimentais se lavrou a presente ata que, nos termos do artigo cinquenta e sete da Lei número setenta e cinco de doze de Setembro de dois mil e treze, será assinada pelos Membros da Mesa.-----